
ALIUM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 02.783.425/0001-40

NIRE 35300157729

Companhia Aberta

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15/06/2001**

1. Dia, Hora e Local

Às 11:00 horas do dia 15 de junho de 2001, na sede social da Companhia, situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 7º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. Convocação e Presença:

Convocação dispensada em conformidade com o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas.

3. Mesa:

Presidente: Fersen Lamas Lambranhó

Secretário: Cristina Soreth Soares de Pinho Gonçalves

4. Ordem do Dia:

- (I) Autorizar a 1ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, de emissão da Alium Participações S.A. ("Emissora");
- (II) Delegar poderes para o Conselho de Administração deliberar sobre os incisos VI a VIII do Artigo 59 da Lei 6.404/76;
- (III) Autorizar a administração da Companhia a: (i) contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para coordenar a colocação das debêntures; (ii) contratar instituição financeira para atuar como banco mandatário; (iii) contratar instituição financeira para prestar serviços de escrituração de debêntures; (iv) contratar agente fiduciário; e (v) tomar todas as providências cabíveis para efetivar a presente emissão.

5. Deliberações tomadas por unanimidade:

- (I) Os acionistas deliberaram aprovar a 1ª emissão pública de Debêntures, que deverá observar as seguintes características:
 - (i) **Montante:** R\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), na data de emissão;
 - (ii) **Nº de Séries:** série única;
 - (iii) **Quantidade:** 240 (duzentos e quarenta) Debêntures;



(iv) **Valor Nominal Unitário:** R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na data da emissão;

(v) **Espécie das Debêntures :** As debêntures serão da espécie subordinada, com garantias complementares outorgadas por terceiros, representadas por:

(v.1) **Penhor:** Penhor de 608.856.245 (seiscentos e oito milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, duzentos e quarenta cinco) ações ordinárias e preferenciais, classes A e B, da Telemar Participações S.A., livres e desembaraçadas de qualquer tipo de ônus ou gravame, pertencentes a AG Telecom Participações S.A., LF Tel S.A., Asseca Participações S.A. e Lexpart Participações S.A. (“Devedores Pignoratícios”), na forma abaixo indicada:

- a) Da **AG Telecom:** 153.387.021 (cento e cinquenta e três milhões, trezentos e oitenta e sete mil e vinte e uma) ações ordinárias e 1.355.967 (um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e sessenta e sete) ações preferenciais classe B;
- b) Da **LF Tel:** 21.345.321 (vinte e um milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, trezentos e vinte e uma) ações ordinárias e 51.491.556 (cinquenta e um milhões, quatrocentos e noventa e um mil, quinhentos e cinquenta e seis) ações preferenciais classe A;
- c) Da **Asseca:** 179.132.223 (cento e setenta e nove milhões, cento e trinta e dois mil, duzentos e vinte e três) ações ordinárias e 1.355.967 (um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e sessenta e sete) ações preferenciais classe B;
- d) Da **Lexpart:** 199.432.223 (cento e noventa e nove milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, duzentos e vinte e três) ações ordinárias e 1.355.967 (um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e sessenta e sete) ações preferenciais classe B.

(v.2.) **Penhor** de 138.219.116 (cento e trinta e oito milhões, duzentos e dezenove mil, cento e dezesseis) ações preferenciais, classes A e B, de emissão de Telemar Participações S.A., sujeito entretanto o penhor outorgado, exclusivamente à condição suspensiva prevista no item v.2.1 abaixo, (nos termos do artigo 118 do Código Civil), pertencentes aos Devedores Pignoratícios, na forma abaixo:

- a) Da **AG Telecom:** 51.875.882 (cinquenta e um milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e dois) ações preferenciais classe B;
- b) Da **LF Tel:** 54.381.874 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e setenta e quatro) ações preferenciais da classe A;



-
- c) Da Asseca: 26.130.680 (vinte e seis milhões, cento e trinta mil, seiscentos e oitenta) ações preferenciais classe B; e
 - d) Da Lexpart: 5.830.680 (cinco milhões, oitocentos e trinta mil, seiscentos e oitenta) ações preferenciais classe B.

(v.2.1) O penhor das ações acima mencionadas terá sua eficácia suspensa, nos termos do artigo 118 do Código Civil, até o momento em que as ações de emissão da Telemar Participações S.A. empenhadas em favor do Banco Bradesco S.A. para garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora em relação à 2ª emissão de Notas Promissórias, sejam liberadas em razão do cumprimento das obrigações por ela garantidas. Imediatamente após a liberação da referido penhor pelo Banco Bradesco S.A., "ipso facto", o penhor será considerado eficaz para todos os fins e efeitos de direito, devendo constar, imediatamente do registro e nos livros devidos que o presente penhor é o único constituído sobre as ações indicadas neste item v.2.

(v.3.) Penhor de 23.750.000 (vinte e três milhões, setecentos e cinquenta mil) ações preferenciais classe A, de emissão de Telemar Participações S.A., outorgado pela LF Tel, sujeito entretanto o penhor ora outorgado, exclusivamente à condição suspensiva prevista nos item v.3.1 abaixo, (nos termos do artigo 118 do Código Civil).

(v.3.1) O penhor das 23.750.000 (vinte e três milhões, setecentos e cinquenta mil) ações preferenciais classe A de emissão de Telemar Participações S.A. de propriedade da LF Tel terá sua eficácia suspensa, nos termos do artigo 118 do Código Civil, até o momento em que estas ações caucionadas em favor do Banco ABC Brasil S.A., para garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela Alium em relação ao contrato de empréstimo nº 21012901, sejam liberadas em razão do cumprimento das obrigações por elas garantidas. Imediatamente após a liberação do referido penhor pelo Banco ABC Brasil S.A. "ipso facto", o penhor será considerado eficaz para todos os fins e efeitos de direito, devendo constar, imediatamente do registro e nos livros devidos que a presente penhor é o único constituído sobre as ações indicadas neste item v.3.

(v.4) Penhor de 55.650.119 (cinquenta e cinco milhões seiscentos e cinquenta mil e cento e dezenove) ações preferenciais classe A, de emissão de Telemar Participações S.A., outorgado pela LF Tel, sujeito entretanto o penhor outorgado, exclusivamente à condição suspensiva prevista no item v.4.1 abaixo (nos termos do artigo 118 do Código Civil).

(v.4.1) O penhor das 55.650.119 (cinquenta e cinco milhões seiscentos e cinquenta mil e cento e dezenove) ações preferenciais Classe A de emissão de Telemar Participações S.A. de propriedade da LF Tel, terá sua eficácia suspensa, nos termos do artigo 118 do Código Civil, até o momento em que estas ações caucionadas em favor do BB Banco de Investimento S.A., para garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela Pri-



vatinvest Participações S.A em relação à sua 1ª emissão de Notas Promissórias, sejam liberadas em razão do cumprimento das obrigações por elas garantidas. Imediatamente após a liberação do referido penhor pelo BB Banco de Investimento S.A. "ipso facto", o presente penhor será considerado eficaz para todos os fins e efeitos de direito, devendo constar, imediatamente do registro e nos livros devidos que o presente penhor é o único constituído sobre as ações indicadas neste item v.4.

Para todos os efeitos legais, o valor das 826.475.480 (oitocentos e vinte e seis milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta) ações ordinárias e preferenciais, Classe A e B, de emissão da Telemar Participações S.A., a serem empenhadas em favor do Agente Fiduciário (na qualidade de representante dos debenturistas), apurado nesta data, é de R\$ 336.000.000,00 (trezentos e trinta e seis milhões de Reais), correspondente a 140% do valor do principal da emissão das Debêntures, podendo variar, durante a vigência da emissão, até o valor correspondente de, no mínimo, 125% do valor do principal da emissão das Debêntures.

(v.5) **Fiança:** Fiança concedida por La Fonte Participações S.A. e LF Tel S.A.; Asseca Participações S.A. e GP Investimentos Ltda.; AG Telecom Participações S.A. e Andrade Gutierrez S.A.; Lexpart Participações S.A. e Sr. Daniel Valente Dantas ("Fiadores"), pela qual os Fiadores se obrigarão, no caso de inadimplemento da Emissora de toda e qualquer obrigação pecuniária, de forma não solidária, dividida igualmente entre si, como fiadores e principais pagadores, responsabilizando-se conforme discriminado no quadro abaixo, de forma irrevogável e irretroatável, com renúncia expressa ao benefício de ordem e aos benefícios dos artigos 1006, 1485, 1491, 1498, 1499, 1500, 1502, 1503 e 1504 do Código Civil e 261 e 262 do Código Comercial e do artigo 77 e 595 do Código de Processo Civil, pelo pagamento, na data de seu vencimento, do valor nominal de cada uma das debêntures, acrescido de remuneração e encargos moratórios contratados, inclusive decorrentes de demandas judiciais, bem assim da liquidação de todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias, assumidas pela Emissora ("Valor da Fiança"), nos termos da emissão ora aprovada:


Fiadores	Limite de Responsabilidade de cada Fiador em relação ao Valor da Fiança
La Fonte Participações S.A. e LF Tel S.A. (solidariamente entre si)	25%
Asseca Participações S.A. e GP Investimentos Ltda. (solidariamente entre si)	25%
AG Telecom Participações S.A. e Andrade Gutierrez S.A. (solidariamente entre si)	25%
Lexpart Participações S.A. e Daniel Valente Dantas (solidariamente entre si)	25%

Os **Devedores Pignoratícios** e os **Fiadores** serão referidos, em conjunto, como **Intervenientes Garantidores**.

- (vi) **Amortização:** não há
- (vii) **Conversibilidade:** não convertíveis em ações;
- (viii) **Forma:** nominativas-escriturais;
- (ix) **Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, será o dia 01 de junho de 2001;
- (x) **Prazo e Data de Vencimento:** 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da Data de Emissão, com vencimento em 01 de junho de 2004;
- (xi) **Certificados de Debêntures:** As debêntures serão emitidas sem certificado. O extrato fornecido pelo Agente Escriturador servirá como comprovante de titularidade de debêntures, na forma disposta no parágrafo 1º do art. 27, parágrafo 3º do art. 35 e parágrafo 2º do art. 71, todos da Lei 6.404/76. Adicionalmente, será expedido pelo SND o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND;
- (xii) **Vencimento Antecipado:** O Agente Fiduciário poderá declarar, desde que autorizado por deliberação de, no mínimo, a maioria dos debenturistas detentores de debêntures em circulação no mercado, reunidos, em assembléia especialmente convocada para esse fim, antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes na Escritura de Emissão das Debêntures e exigir da **Emissora** o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da remuneração aplicável até a data do efetivo pagamento, e acrescido de encargos moratórios, se houver, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das hipóteses relacionadas à (aos):
 - (xii.1) **Emissora:**
 - a) Redução da margem mínima de garantia, representada pelas Ações, não sanada em 30 dias corridos, contados da notificação por escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora, conforme estipulado na alínea "(v)" "Espécie das Debêntures";
 - b) Incurrir em dívidas ou prorrogar qualquer dívida já existente;
 - c) Contratação de empregados;
 - d) Não realização pontualmente do pagamento de quaisquer tributos devidos;
 - e) Alienação de ativos;

-
- f) Em conjunto com os **Devedores Pignoratícios, na qualidade de acionistas da Emissora**, ou por iniciativa própria, deliberar sobre a alteração de seu Estatuto Social, inclusive de seu objeto social, exercer quaisquer atividades não exercidas atualmente, criar filiais ou subsidiárias, adquirir participações em outras sociedades, exceto aquelas que venham a ser expressamente autorizadas pelos detentores das Debêntures;
 - g) Praticar atos que possam criar qualquer tipo de ônus ou obrigações, real ou potencial, para a **Emissora** durante o prazo de vigência das Debêntures, obrigando-se ainda os **Devedores Pignoratícios, na qualidade de acionistas da Emissora**, a manter a **Emissora** isenta de quaisquer ônus ou obrigações eventualmente criados após a emissão das Debêntures;
 - h) Realizar, dentro do prazo de validade das Debêntures, qualquer tipo de alienação e oneração de ativos de sua propriedade, bem como prestar aval ou fiança, salvo se para reforçar as garantias concedidas às Debêntures desta emissão, comprometendo-se os **Devedores Pignoratícios, na qualidade de acionistas da Emissora**, em caráter irrevogável e irretratável, a não praticar qualquer ato que direta ou indiretamente contrarie o disposto neste item (h);
 - i) Liquidação, insolvência, decretação de falência ou concordata da **Emissora** e/ou dos **Intervenientes Garantidores**, ou ainda, ajuizamento de ação com a finalidade de obter a decretação de falência destas mesmas pessoas que não tenha sido sustada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis;
 - j) Falta de cumprimento pela **Emissora**, e/ou pelos **Intervenientes Garantidores** de qualquer obrigação relevante prevista na Escritura das Debêntures, Contrato de Colocação e Subscrição das Debêntures e Contrato de Penhor que permaneça sem regularização pelo período de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da falta do cumprimento da obrigação;
 - k) Descumprimento, por parte da **Emissora** e/ou dos **Intervenientes Garantidores**, bem como por qualquer empresa controlada, de qualquer obrigação pecuniária em valor superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), que permaneça sem regularização pelo período de 15 (quinze) dias úteis a contar da data de inadimplemento;
 - l) Durante o prazo de vigência das Debêntures, se a **Emissora** promover distribuição de dividendos além dos dividendos mínimos previstos em seu Estatuto Social;
 - m) Tendo em vista a natureza das garantias prestadas, se a **Emissora** deixar de ter como únicos acionistas durante o prazo das Debêntures, os **Devedores Pignoratícios**, exceção feita àquelas ações de propriedade dos membros do Conselho de Administração da Emissora;

(xii.2) **Fiadores**, excetuando-se para tanto a **Andrade Gutierrez S.A.**:

- a) Venda, Cisão ou Fusão dos Fiadores ou ainda incorporação dos Fiadores
- 

em outra sociedade (ou incorporação de outra sociedade pelos **Fiadores**) que resulte na perda do controle acionário por parte dos seus atuais controladores;

- b) Alienar ativos de sua propriedade, através de participação direta ou indireta, que (b.1) resulte na perda do controle societário ou (b.2) sejam consideradas como relevantes pelos Corcoradores. Para efeito desta emissão, participação relevante significa qualquer participação minoritária acima de 5% do capital social total, mantida em empresas que possuam ativos superiores a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), corrigidos pelo IGP-M, índice apurado pela Fundação Getúlio Vargas;
- c) Não aplicar recursos oriundos do recebimento de dividendos, juros sob capital próprio ou quaisquer distribuições oriundas da participação dos **Devedores Pignoratícios** na Telemar, única e exclusivamente para o pagamento das obrigações da Emissora;

(xii.3) Andrade Gutierrez S.A., como fiador da presente emissão:

- a) Venda, Cisão ou Fusão da Andrade Gutierrez S/A ou da Construtora Andrade Gutierrez S.A. ou ainda incorporação da Andrade Gutierrez S/A ou da Construtora Andrade Gutierrez S/A em outra sociedade (ou incorporação de outra sociedade pela Andrade Gutierrez S/A ou Construtora Andrade Gutierrez S/A) que resulte na perda do controle acionário por parte dos seus atuais controladores;
- b) O não recebimento dos dividendos legais ou estatutários devidos, a que tem direito a Andrade Gutierrez S/A como acionista da Construtora Andrade Gutierrez S.A.;

(xii.4) Telemar, da qual participam os Devedores Pignoratícios:

- a) Venda, Cisão ou Fusão da Telemar ou ainda incorporação da Telemar em outra sociedade (ou incorporação de outra sociedade pela Telemar) que resulte na redução da participação dos **Devedores Pignoratícios** na Telemar;
- b) Aprovação pela assembléia geral extraordinária da Telemar de qualquer alteração nas preferências, vantagens ou condições das ações ordinárias e preferenciais;
- c) Não observância pela Telemar dos "Covenants" financeiros previstos na Cláusula V item 8 da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples da Telemar, executando-se o disposto na alínea "a" do referido item 8;
- d) Tendo em vista a natureza das garantias prestadas, se a participação da Telemar na TNL for, a qualquer momento, inferior a 51,8% do capital votante ou 17,3% do capital total, que permaneça inferior à participação acima referida pelo prazo de 30 dias corridos;
- e) Tendo em vista a natureza das garantias prestadas, se a Telemar tiver



uma relação de endividamento (passivo circulante e exigível de longo prazo) sobre patrimônio líquido superior a 0,40 (quarenta centésimos) que permaneça superior pelo prazo de 30 dias corridos; e

- f) Ocorrência de quaisquer dos Eventos de vencimento antecipado previstos na Cláusula IV item 15 da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples da Telemar.

(xii.5) Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"):

- a) declaração de vencimento antecipado ou realização de assembléia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures Simples da 1ª Emissão de TNL, nos termos e condições da Cláusula VI do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Sem Preferência, da Tele Norte Leste Participações S.A.", bem como de seus respectivos aditamentos.

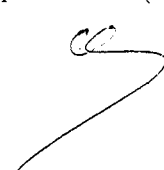
(xiii) Remuneração: Juros: As debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal das debêntures e estabelecidos com base na taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet <http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional ("Taxa DI"), acrescida da sobretaxa correspondente a um determinado percentual efetivo ao ano, base 252 dias, de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento), vigente até a data de vencimento das debêntures (1º de junho de 2004) ("Sobretaxa") ("Remuneração").

(xiv) Periodicidade do Pagamento: A Remuneração das Debêntures será paga em 6 (seis) parcelas semestrais e sucessivas, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2001 e o último, em 1º de junho de 2004, por ocasião do vencimento das Debêntures.

(xv) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: (a) O preço de subscrição das Debêntures será o valor nominal, acrescido da remuneração, calculada desde a data de emissão até a data da efetiva integralização; e (b) a integralização, será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

(xvi) Repactuação: Não há

(xvii) Negociação: As Debêntures serão negociadas junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).



(xviii) **Procedimento de Distribuição:** O lançamento será público, mediante a intermediação de Instituições Financeiras habilitadas a operar no mercado de capitais, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no Artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30.09.80, atendidos preferencialmente os clientes dos Coordenadores da operação, não havendo reservas antecipadas nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

(xix) **Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá adquirir debêntures desta emissão em circulação, a qualquer tempo, por preço equivalente ao seu valor nominal unitário, acrescido da remuneração aplicável até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76. A aquisição parcial das debêntures será mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário. As debêntures que vierem a ser adquiridas pela Emissora nestes termos, poderão permanecer em sua tesouraria, ser canceladas ou ser recolocadas no mercado.

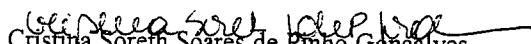
(II) Os acionistas deliberaram delegar poderes para o conselho de administração deliberar sobre os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei 6.404/76.

(III) Os acionistas deliberaram autorizar a Administração da Companhia a: (a) contratar instituições financeiras para a distribuição e colocação das debêntures; (b) nomear agente fiduciário; (c) contratar banco mandatário; e (d) contratar instituição financeira para prestar os serviços de escrituração das debêntures.


6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembléia, depois de lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os acionistas da Companhia. (aa) AG TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A., ASSECA PARTICIPAÇÕES S.A., LEXPART PARTICIPAÇÕES S.A., L.F. TEL S.A., SERGIO LINS ANDRADE, CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI, JORGE GOLDENSTEIN, CARLOS ALBERTO DA VEIGA SICUPIRA e JOSÉ AUGUSTO DA GAMA FIGUEIRA.

São Paulo, 15 de junho de 2001.

Certifico que a presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.


Cristina Soreth Soares de Pinho Gonçalves
Secretário

Visto do Advogado:


Cristina Soreth Soares de Pinho Gonçalves
OAB/RJ: 83.085

